I - DA ADMISSIBILIDADE E TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO.

A presente Impugnação ao Edital está fundamentada no item 11, do edital, fundamentado no art.164, parágrafo único da lei nº 14.133/2021, in verbis:

“10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.”

O início da sessão de disputa de preços está agendado para o dia 17/04/2025, fixando como data final como regra para Impugnação, o dia 14/04/2025. Dessa forma considera-se demonstrada a tempestividade da presente Impugnação.

II – DO MÉRITO. DOS IMPRESCINDÍVEIS AJUSTES NAS PLANILHAS DE PREÇOS DO EDITAL. DA PREVISÃO LEGAL.

II.I – DO VALOR ESTIMADO INEXEQUÍVEL. ORÇAMENTO CONSIDERA APENAS OS TRIBUTOS NA FORMA DE REGIME DE LUCRO PRESUMIDO. IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS COM REGIME TRIBUTÁRIO DIVERSO.

Ilustre Pregoeiro, foram identificados equívocos na planilha de preços do edital, que precisam necessariamente ser sanados para a regular realização da disputa entre os interessados.

A uma, a planilha de preços do edital está errada no que se refere aos tributos, uma vez que indica os custos de uma empresa submetida ao regime do Lucro Presumido, que tem tributação inferior, deturpando o orçamento da licitação, que deveria conter os valores máximos ao calcular o valor estimado.

Ora, no Módulo 6 da planilha, relativo a Custos Indiretos, Lucro e Tributos, indicou se equivocadamente para o PIS e COFINS as alíquotas devidas para as empresas do Lucro Presumido, quais sejam 0,65% para PIS, e 3,00% para COFINS.

Entretanto, ao proceder dessa forma, o edital está indevidamente desconsiderando todas as empresas submetidas ao regime tributário do Lucro Real, que recolhem as alíquotas de PIS e COFINS nos importes de 1,65% e 7,60% respectivamente.

Veja-se que é uma diferença expressiva entre tais cotações de tributos, uma vez que os tributos federais do Lucro Presumido totalizam 3,65%, enquanto para o Lucro Real totalizam 9,25%.

Nobre Julgador, é sabido que a planilha de preços do edital, ao estabelecer o valor estimado, tem obrigação de cotar os valores máximos permitidos pela legislação, a fim de albergar o maior número de empresas possível, aumentando a competitividade e vantajosidade do certame.

Contudo, da forma como o edital está posto, acontece exatamente o contrário! Se o valor estimado da licitação foi calculado com base nos valores tributários recolhidos pelas empresas do Lucro Presumido (3,65% de PIS e COFINS), as empresas do Lucro Real (9,25% de PIS e COFINS) vão ter grande dificuldade de posicionar seus lances dentro de tal valor estimado, correndo grande risco de desclassificação, o que gera uma vantagem indevida às empresas do Lucro Presumido.

Destaque-se que tal modo de proceder viola ainda o princípio da isonomia, pois se está beneficiando um determinado grupo de empresas, enquanto se limita a participação de outro.

O art. 3º da Lei nº. 8.666/93 e o art. 37, XXI, da Constituição Federal dispõem sobre a imprescindibilidade de observância ao Princípio Constitucional da Isonomia, de forma a garantir que, em procedimentos licitatórios, seja devidamente assegurada a igualdade de condições a todos os concorrentes. In verbis:

LEI Nº 8.666/93

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“Art. 37. [...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Sobre tal princípio, assim define a doutrina:

“A igualdade na licitação significa que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro. O princípio, sem dúvida alguma, está intimamente ligado ao da impessoalidade: de fato, oferecendo igual oportunidade a todos os interessados, a Administração lhes estará oferecendo também tratamento impessoal.”

(CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 30ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016)

Portanto, a planilha de preços do edital deve ser alterada, a fim de contemplar no valor estimado da licitação a máxima tributação possível a incidir sobre o objeto licitado, que corresponde ao regime do Lucro Real.

II.II – DO VALOR ESTIMADO INEXEQUÍVEL. ORÇAMENTO COM PERCENTUAIS DE LUCRO E DESPESAS INDIRETAS IRRISÓRIOS.

É sabido que toda contratação pública exige a prévia definição do preço de referência, sendo que tal preço é apresentado em planilha referencial, de forma detalhada para que a Administração Pública seja capaz de selecionar a proposta mais vantajosa, resguardando-se o suporte ao processo orçamentário da despesa, a análise objetiva dos critérios de admissibilidade de propostas e a economicidade da contratação.

O valor da licitação deve considerar valores atuais de mercado, a fim de que se possa garantir propostas e contratos exequíveis.

Em vista disso, o preço de referência deve ser claro e objetivo, sem margem para que sejam apresentadas propostas com preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor desproporcional, para que sejam excluídos aqueles que, na avaliação da Administração, possam resultar na distorção de valores em razão de diferenças nas quantidades ou nas condições do contrato a ser firmado.

A Nova Lei de Licitações trata em seu artigo 6º as definições dos termos da Lei, e em seu inciso XXIII estabelece que o termo de referência constitui-se documento necessário para a contratação de bens e serviços, vejamos:

“Art. 6. Para os fins desta Lei, consideram-se: [...]

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária;" (grifo nosso)

De acordo com referido artigo, o preço de referência constante na alínea "i" é, então, dentre outros, o critério para a definição do valor estimado da contratação, tratando-se de elemento base para a formação do termo de referência.

Ao analisar as planilhas que balizaram o valor estimado, tem-se que foi orçado o percentual de 0,10% para o lucro e 0,10% para cobrir as despesas indiretas.

Por óbvio, os valores contidos nas memórias de cálculo do valor da contratação, são irrisórios e inexequíveis, e isso acaba por macular os custos – execução do orçamento, nem a estimativa de preços unitários e totais detalhados em planilha, e coloca em xeque a seleção e julgamento de propostas, já que os próprios licitantes acabam por ter dificuldade na elaboração de suas propostas.

A adoção de percentuais irrisórios e inexequíveis na planilha de preços referencial do Edital age com efeito dominó, cujo vício deve ser sanado antes mesmo da abertura das sessões públicas.

II.III – DA NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA VIGENTE. ORÇAMENTO FEITO COM BASE EM INSTRUMENTO COLETIVO DE VIGÊNCIA EXPIRADA. VALOR ESTIMADO INEXEQUÍVEL.

Para a categoria de Auxiliar em Saúde Bucal a planilha de custos conforme a planilha de custos orçamentária, foi utilizada como base a Convenção Coletiva de Trabalho nº RN000242/2024. Ocorre que o instrumento se já se encontra com vigência expirada em data anterior a publicação do edital, estando em vigor o Termo Aditivo nº RN000130/2025 que traz o novo salário de R\$ 1.575,39.

A ausência de indicação correta da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) aplicável no âmbito do presente certame licitatório configura grave omissão que compromete a lisura e a isonomia do processo licitatório, bem como fere os princípios regentes da Administração Pública, notadamente os princípios da legalidade, publicidade e vinculação ao instrumento convocatório.

A CCT, firmada entre sindicatos patronais e laborais, tem força normativa e define as condições mínimas de trabalho, os pisos salariais, os benefícios obrigatórios, além de outros direitos e deveres a serem observados na relação de emprego. A indicação de instrumento coletivo expirado cria um ambiente de incerteza para os licitantes, além de permitir a apresentação de propostas que não refletem a realidade do futuro contrato, comprometendo a exequibilidade dos serviços licitados.

Destaca-se que a determinação da CCT impacta diretamente a elaboração das planilhas de custos e formação de preços, podendo gerar distorções significativas entre as propostas apresentadas. Ademais, sem a clareza quanto à norma coletiva aplicável, há o risco de descumprimento de obrigações trabalhistas, o que pode acarretar responsabilização subsidiária do ente público contratante.

O art. 62, da Lei n.º 14.133/21, determinam que os editais de licitação devem conter todos os elementos necessários à elaboração das propostas, garantindo a transparência e a igualdade entre os licitantes. Nesse sentido, a divergência na indicação expressa da CCT vigente aplicável infringe o dever de clareza do edital.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

A jurisprudência pátria, em casos similares, tem reconhecido a nulidade de editais que não contêm as informações precisas para a formulação das propostas, especialmente quando tais informações impactam diretamente a composição de custos e a observância dos direitos trabalhistas.

Cumprido salientar que a indeterminação da CCT aplicável também compromete o próprio interesse público, uma vez que a contratação de empresas que desconsiderem direitos trabalhistas pode resultar em passivos trabalhistas futuros e, conseqüentemente, em possíveis prejuízos ao erário.

Ante o exposto, pugna-se pela devida impugnação do edital, com a conseqüente revisão do instrumento convocatório, a fim de que se promova a inclusão correta da CCT vigente e aplicável, garantindo, assim, a observância aos princípios constitucionais e infraconstitucionais que regem a Administração Pública e o processo licitatório.

II.IV – DA NÃO COTAÇÃO DE ITEM OBRIGATÓRIO PREVISTO NA CONVENÇÃO COLETIVA VIGENTE.

Ainda em análise das planilhas de preços que serviram como base para aferir o valor estimado da contratação, verifica-se que deixou de ser incluso no orçamento para a categoria de Auxiliar em Saúde Bucal o Ticket Refeição no valor de R\$ 10,00 por dia efetivamente trabalhado previsto na cláusula 20ª, parágrafo terceiro, da Convenção Coletiva de Trabalho nº RN000242/2024:

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA DE TRABALHO

Parágrafo Terceiro: A partir de 01 de janeiro 2024, fica instituído, sem prejuízo do vale alimentação já previsto na cláusula décima quinta, o pagamento de Ticket Refeição no importe de R\$ 10,00 (dez reais) por dia efetivamente trabalhado, a todos os trabalhadores com jornada de trabalho igual ou superior a 8hs (oito horas) diárias, como ajuda de custo, em cartão magnético, a fim de suprir partes das necessidades diárias nutricionais dos trabalhadores. Fica facultada a empregadora a substituição do Ticket Refeição aqui estabelecido pelo fornecimento da refeição in natura ou a concessão de cesta básica contendo os seguintes itens: 3kg de arroz; 3kg de açúcar; 3kg de feijões; 6 pacotes flocões de milho; 5 pacotes de macarrões; 1kg de sal; 3kg de farinha de mandioca; 1 pacote de biscoito do tipo cream craker; 2 óleos 900ml; 1 frasco de tempero completo; 2 pacotes café 250g; 1 tablete de doce; 1 rapadura e 1 pacote de colorau. Este valor/benefício não integra o salário para qualquer fim de direito, não tendo natureza salarial.

Trata-se de dispositivo obrigatório a ser aplicado aos funcionários da categoria, devendo necessariamente ser incluso nos custos orçamentários e contratuais a mão de obra a ser contratada.

Desse modo, impõe-se a retificação do instrumento convocatório, a fim de inserir no edital as exigências mínimas trabalhistas conforme detalhado acima, em que os serviços serão prestados, de forma a garantir a seleção do fornecedor capaz de arcar com os custos do serviço.

De igual modo, no orçamento base, para a categoria de Auxiliar de Manutenção Predial na planilha de custos foi considerado o salário de R\$ 1.809,58 (GRUPO III) da CCT RN000009-2025, onde o correto seria enquadrar a categoria no GRUPO V, com o piso salarial de R\$ 2.276,01, conforme determina o instrumento coletivo:

GRUPO V- para os que exercem SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, compreendendo as funções de ADMINISTRADORES, AGENTE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, ALMOXARIFES, ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIADO, AUXILIAR DE ESCRITÓRIO, AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL, AUXILIAR DE NUTRIÇÃO, BOMBEIRO HIDRÁULICO, COZINHEIRO, CARPINTEIRO, PINTOR, PEDREIRO, ELETRICISTA, ASSISTENTE DE GESTÃO, TÁRME (TELEFONISTA AUXILIAR DE REGULAMENTAÇÃO MÉDICA), OPERADOR DE RÁDIO, ENCARREGADO OPERACIONAL, RECEPCIONISTA BILÍNGUE, MOTORISTAS, TRATORISTA, MOTORISTA DE CAMINHÃO MUNCK, MONTADOR DE ANDAIME, OPERADORES DE TELEX, TELEFONISTAS, RESPONSÁVEL DE REPAROS DE ROUPARIA, SUPERVISORES, TÉCNICO EM

ENFERMAGEM DO TRABALHO, TÉCNICO DESEGURANÇA DO TRABALHO I, ATENDENTE COMERCIAL, TÉCNICO ELETROTÉCNICO, ELETRÔNICO E CONTABIL, CLASSIFICADOR DE MATERIAIS, SUPRIDOR DE MATERIAIS, ORIENTADOR TURÍSTICO, SOLDADOR E FUNÇÕES CONGÊNERES, fica estipulado o Piso Salarial de R\$ R\$ 2.276,01 (dois mil, duzentos e setenta e seis reais e um centavo).

Tais omissões na composição de preços, impactam significativamente no valor estimado da contratação, que balizam a competição, sendo necessário a sua inclusão para se obter um valor viável para execução dos serviços a serem contratados.

Destaca-se que a não inclusão desses custos obrigatórios na planilha orçamentária traz consigo a própria impossibilidade de contratação por valores superiores aos estimados, causando a necessidade de aumento dos valores estimados por sua própria inexecutabilidade.

Dessa forma, é imprescindível que o edital seja reformulado, com a devida apresentação da pesquisa mercadológica, ou planilha de aferição de custos com todos os adicionais envolvidos na prestação do serviço objeto deste pregão, de acordo com a legislação trabalhista e a Convenção Coletiva de Trabalho, de modo a garantir o cumprimento da legislação aplicável, em especial o disposto na Lei nº 14.133/2021.

III - DA NOVA DATA PARA A REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO

A impugnação ao Edital não tem efeito suspensivo, razão pela qual a sua apresentação não implica, necessariamente, a suspensão do edital de licitação.

Assim, considerando que os fundamentos lançados na presente impugnação afetam a formulação das propostas de preços, requer seja designada nova data para a realização da sessão pública de pregão, oportunizando, assim, a adequação das planilhas de preços referenciais, bem como das empresas licitantes, e ampliando a participação destas, o que fará com que as propostas sejam ainda melhoradas em favor da Administração Pública, haja vista que o valor estimado na proposta balizadora considera-se inexequível e afronta o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 que estabelece o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

IV – DOS PEDIDOS.

Diante dos fatos e dos argumentos jurídicos apresentados, postula-se que seja recebida, processada e julgada PROCEDENTE a presente IMPUGNAÇÃO, com a suspensão da licitação para fins de adequação do instrumento convocatório, refazendo as planilhas orçamentárias de forma a corrigir o valor estimado da contratação, para fins de resguardar a participação e competitividade do certame.

Ainda que seja retificado o instrumento convocatório com o valor estimado adequado, capaz de suprir os custos da contratação, uma vez que o valor estimado é utilizado como parâmetro norteador para contratação e aferição de índices econômicos exigidos na qualificação econômico financeira das licitantes.

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de Impugnação Administrativa em face do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Pau dos Ferros. A impugnante alega a existência de ilegalidades no edital que, em sua visão, ferem a Lei nº 14.133/2021 e princípios licitatórios. A impugnação foi protocolada tempestivamente, conforme o item 10 do edital e o prazo limite de 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (17/04/2025), sendo o prazo final 14/04/2025.

Em síntese, a empresa sustenta a necessidade de ajustes nas planilhas de preços do edital, apontando os seguintes pontos principais:

II.I – O valor estimado seria inexecutável por considerar apenas tributos de empresas no regime do Lucro Presumido, impedindo a participação de empresas no Lucro Real.

II.II – O valor estimado seria inexecutável por apresentar percentuais irrisórios para lucro e despesas indiretas.

II.III – Há necessidade de indicação da Convenção Coletiva Vigente, pois o orçamento baseou-se em instrumento coletivo com vigência expirada.

II.IV – Houve não cotação de item obrigatório (Ticket Refeição para Auxiliar em Saúde Bucal) e erro no enquadramento salarial (Auxiliar de Manutenção Predial), previstos em Convenção Coletiva Vigente. Adicionalmente, a impugnante requer nova data para a realização da sessão pública do pregão em virtude dos ajustes solicitados.

2. DA ANÁLISE

Apresenta-se a análise individualizada de cada ponto levantado na impugnação:

2.1 – Do Valor Estimado Inexecutável. Orçamento Considera Apenas os Tributos na Forma de Regime de Lucro Presumido. Impedimento de Participação de Empresas com Regime Tributário Diverso.

Alegação: A planilha de preços do edital utilizou as alíquotas de PIS (0,65%) e COFINS (3,00%) correspondentes ao regime tributário do Lucro Presumido no Módulo 6 (Custos Indiretos, Lucro e Tributos). Isso desconsidera as empresas optantes pelo Lucro Real, que recolhem PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), totalizando 9,25% contra 3,65% do Lucro Presumido. Tal prática impede que empresas do Lucro Real apresentem lances dentro do valor estimado, correndo risco de desclassificação, gerando vantagem indevida para empresas do Lucro Presumido e violando o princípio da isonomia (Art. 3º da Lei nº 8.666/93 e Art. 37, XXI da CF). A empresa postula que a planilha seja alterada para contemplar a máxima tributação possível, correspondente ao Lucro Real.

Análise: Procedente

Conclusão: Termo de referência e planilhas de custo foram ajustadas.

2.2 – Do Valor Estimado Inexequível. Orçamento com Percentuais de Lucro e Despesas Indiretas Irrisórios.

Alegação: As planilhas que definiram o valor estimado orçaram percentuais de 0,10% para lucro e 0,10% para despesas indiretas. Estes valores são considerados irrisórios e inexequíveis, maculando os custos e a execução do orçamento, além de dificultar a elaboração de propostas pelos licitantes. A impugnante cita a Lei nº 14.133/2021, que exige que o termo de referência contenha estimativas do valor da contratação acompanhadas dos preços unitários referenciais e memórias de cálculo, com parâmetros utilizados.

Análise: Procedente

Conclusão: Termo de referência e planilhas de custo foram ajustadas.

2.3 – Da Necessidade de Indicação da Convenção Coletiva Vigente. Orçamento Feito com Base em Instrumento Coletivo de Vigência Expirada. Valor Estimado Inexequível.

Alegação: Para a categoria de Auxiliar em Saúde Bucal, a planilha utilizou a CCT nº RN000242/2024 como base, a qual estaria com vigência expirada antes da publicação do edital. O instrumento vigente seria o Termo Aditivo nº RN000130/2025, que estabelece um novo salário de R\$ 1.575,39. A ausência de indicação correta da CCT configura grave omissão que compromete a lisura e a isonomia, ferindo princípios como legalidade, publicidade e vinculação ao edital. A CCT impacta diretamente a elaboração de custos e preços. A Lei nº 14.133/21 exige que editais contenham elementos necessários à elaboração das propostas (Art. 62). A empresa postulou a revisão do edital para inclusão da CCT vigente.

Análise: Sobre a alegação referente à necessidade de indicação da Convenção Coletiva Vigente, entende-se que a impugnação não deve ser acolhida. Isto porque a indicação de qual convenção coletiva a ser utilizada na elaboração da proposta é de responsabilidade de cada licitante interessado. Além disso, a convenção coletiva indicada no processo (RN000242/2024) encontra-se sim vigente, tendo sido apenas atualizada pelo Termo Aditivo nº RN000130/2025, o qual estabelece o novo piso salarial para a categoria de Auxiliar em Saúde Bucal em R\$ 1.575,39. Portanto, a referência à CCT original, que permanece vigente e foi aditada, não constitui uma omissão que comprometa a validade

do edital, cabendo aos licitantes a diligência em identificar a norma coletiva aplicável e suas atualizações.

Conclusão: Ponto não acolhido.

2.4 – Da Não Cotação de Item Obrigatório Previsto na Convenção Coletiva Vigente.

Alegação: A planilha de custos para a categoria de Auxiliar em Saúde Bucal deixou de incluir o Ticket Refeição de R\$ 10,00 por dia efetivamente trabalhado, previsto na cláusula vigésima sétima, parágrafo terceiro da CCT RN000242/2024, sendo este um dispositivo obrigatório. Para a categoria de Auxiliar de Manutenção Predial, a planilha utilizou o salário de R\$ 1.809,58 (GRUPO III, CCT RN000009-2025), quando o correto seria o enquadramento no GRUPO V, com piso de R\$ 2.276,01, conforme a mesma CCT. Tais omissões impactam o valor estimado, tornando-o inexecutável e impedindo a contratação por valores superiores. A empresa considera imprescindível a reformulação do edital e da planilha de custos para incluir esses adicionais obrigatórios.

Análise: Procedente

Conclusão: Termo de referência e planilhas de custo foram ajustadas.

3. DA SOLICITAÇÃO DE NOVA DATA

3.1 – Da Nova Data para a Realização da Sessão Pública de Pregão.

Alegação: Embora a impugnação não suspenda o edital automaticamente, os fundamentos apresentados afetam a formulação das propostas de preços. Assim, requer-se nova data para a sessão pública, a fim de oportunizar a adequação das planilhas referenciais e das empresas, ampliando a participação e melhorando as propostas, visto que o valor estimado é considerado inexecutável e afronta o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Análise: Procedente.

Conclusão: O pregoeiro tem propriedade para remarcar o certame para uma data mais adequada a seu critério.

4. DA CONCLUSÃO GERAL

Diante da análise dos pontos apresentados na impugnação e com base nas informações disponíveis nos trechos de fontes fornecidos:

Verificou-se que a impugnação aborda diversas questões relativas à composição do valor estimado e à observância de normas coletivas trabalhistas. Especificamente quanto à alegação referente à necessidade de indicação da Convenção Coletiva Vigente (subitem II.III), opina-se pelo não acolhimento da impugnação [Análise item 2.3]. Conforme análise, a responsabilidade pela identificação da CCT aplicável e suas atualizações é do licitante, e a CCT mencionada (RN000242/2024) está vigente, tendo sido atualizada por Termo Aditivo (RN000130/2025) [Análise item 2.3]. Para os demais pontos arguidos na impugnação (II.I, II.II, II.IV e a solicitação de nova data - III), a Administração os julga procedentes. Portanto, com base exclusivamente na análise do subitem II.III, a impugnação é improcedente neste ponto específico. A decisão final sobre a procedência total ou parcial da impugnação dependerá da análise e conclusão dos demais pontos pela Administração Licitante, as quais não estão detalhadas nas fontes.